

# Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais\*

Ralfo Matos\*\*

## Resumo

O artigo procura refletir sobre o papel das grandes cidades na atualidade, valendo-se de aportes teóricos diversos e dados empíricos sobre pobreza, urbanização periférica e redistribuição da população no espaço. Apóia-se em uma perspectiva interdisciplinar que junta as questões urbanas contemporâneas com a história das cidades, o planejamento urbano, a geografia, a demografia e a economia. Concentra-se na discussão sobre migração e difusão da pobreza em grandes cidades, exemplificando com os casos das metrópoles São Paulo e Belo Horizonte, e evolui para a discussão sobre estratificação socioespacial e expansão de periferias, segregação e exclusão, piora das condições de vida, situação residencial das classes médias. Conclui observando que a grande cidade capitalista, mesmo internalizando conflitos, fragmentação, dinamismo e estagnação, pobreza e riqueza, mais acolhe populações de desvalidos do que expulsa.

*Palavras-chave:* urbanização e pobreza; população e urbanização; periferização e migração; dinâmica urbana; grandes cidades; desenvolvimento urbano.

---

\* Esse artigo é uma versão de capítulo do livro de COSTA, H.S.M. (org.) (2006). *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana de Belo Horizonte e especificidades do eixo-sul*.

\*\* Doutor em demografia na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ralfo@ufmg.br

### Abstract

*This paper analyses the role of "large cities" nowadays, based on several theoretical frameworks and empirical data about poverty, periphery urbanization and population redistribution on space. It is supported by an interdisciplinary perspective that joins the contemporary urban issues with the history of cities, urban planning, geography, demography, and economics. It focuses on the discussion on migration and poverty diffusion in large cities, illustrating with the metropolitan cases of São Paulo and Belo Horizonte; afterwards, it discusses themes such as social-spatial stratification and expansion of peripheral urban areas; segregation and exclusion; deterioration of the middle class' life conditions and reconfiguration of its territory. One of the conclusions is that, despite the fact that the large capitalist cities produce conflicts, fragmentation, dynamism and stagnation, poverty and richness, they shelter underprivileged populations more than reject them.*

*Key-words: urbanization and poverty; population and urbanization; periphery and migration; urban dynamics; large cities; urban development.*

### Introdução

Nos últimos 20 anos, o estudo da urbanização brasileira trouxe ao debate uma série de questões novas e outras, relativamente antigas, mas que insistem em não desaparecer, talvez por se situarem no campo dos fundamentos teóricos ou por sugerirem reinterpretações à luz de novas evidências. As contribuições de economistas, sociólogos, geógrafos, planejadores e arquitetos evoluíram, pondo em relevo facetas insuspeitas da problemática urbana, as quais, muito provavelmente, não ganhariam materialidade sem o exercício da transdisciplinaridade. Há, entretanto, aspectos transversos pouco explorados nas intercessões com os estudos demográficos, notadamente na reflexão que une urbanização, economia e demografia. Urbanização referida a grandes cidades, economia vinculando conjunturas econômicas e dinâmica dos mercados da terra urbana, e demografia que circunscreva movimentos populacionais intra e interurbanos e focalize o migrante como ator. O desejável é que estivessem construídas as pontes teóricas e metodológicas que unissem tais campos de conhecimento a ponto de produzir dados e indicadores sociais dirigidos ao esforço de elaboração de políticas públicas. Não é essa a finalidade destas notas, embora algumas justaposições empírico-descritivas sejam aqui apresentadas, longe, entretanto, do que seria necessário para cumprir com a agenda de transdisciplinaridade supramencionada.

De toda forma, a análise em seqüência não se detém exaustivamente nas medições e nas suas limitações, mas nas questões por detrás dos dados e em alguns de seus significados teóricos. O texto segue estruturado em múltiplos tópicos pouco hierarquizados, preferentemente sob a forma indagativa, como a externar a finalidade última destas reflexões. Alguns números exibidos são indiscutivelmente preocupantes, outros, entretanto, não passam de sinalizações para novas pesquisas. Alguns dados parecem transitórios, outros, definitivos. Algumas fontes de informação são limitadas, mas valiosas se exploradas combinadamente com outras.

### A grande cidade da atualidade

Grande cidade representa hoje, antes de tudo, a reunião de expressivos estoques populacionais em áreas geograficamente muito mais extensas do que as das cidades do passado ou de quaisquer povoados rurais. Sua principal forma de expansão é de tipo horizontal, materializada em sucessivas periferias a conformar um desenho tentacular que parte de um centro denso – geralmente verticalizado em termos imobiliário e crescentemente ocupado por atividades de comércio e serviços – e se espraia por vilarejos, distritos e hinterlândias próximas.

As chamadas “cidades mundiais”, conforme propõe Saskia Sassen, constituem um exemplo de grande cidade muito especial, que ganhou forte visibilidade nos últimos 20 anos, porquanto nelas operam os atores mais decisivos do capitalismo financeiro internacional contemporâneo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Por elas circulam serviços de informação, atividades de gerência, pesquisa e concepção, profissionais altamente qualificados e muito bem remunerados, assim como uma numerosa mão-de-obra braçal ocupada em serviços de limpeza e conservação. Tais cidades, geralmente, agregam megaprojetos de revitalização urbana irradiando novas centralidades e os maiores negócios da era da globalização. Curiosamente, por força do ideário originário do Consenso de Washington e da onda neoliberal dos anos 90, vários prefeitos e gestores públicos ingressaram em uma corrida frenética com vistas a transformar suas cidades em cidades globais, como se, a partir disso, por um passe de mágica, tivessem acesso imediato a um mundo de riqueza e prosperidade.

De qualquer forma, não obstante o pequeno número de cidades mundiais, as demais grandes cidades, se já não reúnem, tendem a reunir investimentos em infra-estrutura urbana sofisticada em suas áreas centrais, variados tipos de instalações comerciais especializadas (como os hipermercados e *shopping centers*), feiras de exposição acopladas a calendários de eventos, novas formas de entretenimento, grandes eixos viários, parques de estacionamento e aparatos de segurança capazes de abrigar a profusão de veículos que tudo isso atrai.

A grande cidade<sup>2</sup> é antes de tudo um espaço integrante da modernidade capitalista. É privatizada, segregada e segmentada, não obstante as tentativas de gestão democrática e participativa em muitas regiões urbanas. É dinâmica, excludente e desigual, mesmo que permeada de possibilidades e de novos tipos de arranjos institucionais envolvendo práticas inclusivas e novos atores. É retrato da flexibilização, precarização e desregulamentação dos mercados de trabalho, mesmo que seja mais do que isso, já que, se na grande cidade a riqueza convive lado a lado com a pobreza, fora dela a exclusão e segregação são menos visíveis e mais irredutíveis.

As cidades que não são grandes geram, individualmente, muito menos oportunidades econômicas e culturais, dificultam o exercício da liberdade e do livre ir e vir, não permitem o exercício do anonimato e são espaços sociais de mais fácil controle e regulação por parte dos “donos” da cidade. Nelas, não raro, existem interdições e dificuldades intransponíveis de alojamento e fixação das famílias de pobres errantes. Nessas cidades, antigas redes sociais envolvendo pessoas de muitas origens dificilmente se desenvolveram como nas grandes cidades. O conjunto de tais cidades é representativo em termos de

---

2 Neste trabalho, grande cidade, embora grafada em letra minúscula, certamente incorpora as cidades milionárias de Milton Santos ou qualquer conurbação metropolitana da atualidade, inclusive as chamadas *global cities*. Utiliza-se essa nomenclatura propositadamente, em face de sua simplicidade em termos de entendimento e para nos afastarmos de algumas classificações recentes, geradoras de controvérsias, tais como aglomerações urbanas metropolitanas ou não-metropolitanas. O limite inferior do que seja uma grande cidade é uma questão em aberto, mesmo que a proximidade da zona de corte de um milhão de habitantes seja algo tentador.

geração de renda e ocupação. Constitui, inclusive, um importante capítulo da análise da urbanização do ponto de vista econômico e demográfico na atualidade, o que não retira a relevância da discussão sobre o futuro das grandes cidades.

Não há dúvidas de que as grandes cidades capitalistas incorporam aglomerações humanas únicas na história da humanidade e experimentam impressionantes expansões físico-territorial que não cessam de absorver áreas rurais. Replicam-se, como vírus (parafraseando Henry Lefebvre)<sup>3</sup>, por “infindáveis” periferias urbanas, parcelamentos irregulares, clandestinos e precarizados, invasões de variados tipos e... cidadelas fechadas, às vezes muradas, abrigando segmentos de renda alta e média.

### Periferias urbanas como um problema social e ambiental

Periferias urbanas de cidades capitalistas são um grande problema quando seu tamanho e velocidade de crescimento tornam-se inadmissíveis ou a partir do momento em que a hipótese de se integrarem a novas centralidades fique muito remota. Na verdade, qualquer cidade que se expandiu muito nos últimos 150 anos formou periferias que se integraram ao tecido urbano, seja pela expansão industrial e de grandes estabelecimentos, seja pelos bolsões de sub-habitação, favela ou ocupação irregular que se consolidaram ao longo do tempo e perderam o caráter de periferia geográfica. A realidade nos dias de hoje parece mais ameaçadora em face da velocidade do processo, dos números e dos volumes envolvidos, das distâncias das novas periferias, geralmente em terrenos que, pela legislação urbanística e ambiental existente, não poderiam ser ocupados, o que dificultará em muito a presença do Estado agindo na sua inserção à cidade legal.

---

<sup>3</sup> Lefebvre (1999, p. 89), ao contrastar o crescimento das cidades com as áreas rurais, concluía que “a cidade envenena a natureza; ela a devora re-criando-a no imaginário para que essa ilusão de atividade perdure (...) A grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença (mental, moral, social). (...) [é] segregação [que] generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão”.

Tais periferias encerram um grave problema em face das conseqüências que acompanham sua expansão, notadamente nos países não desenvolvidos. Ocupam áreas de reserva ambiental, comprometendo mananciais e recursos florestais; produzem grandes quantidades de dejetos e resíduos sólidos sem adequado tratamento e destinação, impactando aquíferos e solos; consomem grandes espaços que poderiam dirigir-se ao uso recreacional ou agrícola; materializam-se em geral em terrenos frágeis com altos riscos geológicos, suscetíveis de erosão e/ou inundação; impõem demandas de infraestruturas urbanas às administrações públicas, freqüentemente não realizáveis; acumulam pobreza, miséria e tendências de piora das condições de vida, em meio à degradação da vida humana, recrudescimento da violência, aviltamento da dignidade e de quaisquer valores de cidadania.

As favelas das *antigas periferias* eram núcleos de prestação de serviço a residentes de bairros próximos de classe média. Na atualidade, diante das distâncias que separam as *novas periferias* das áreas de maior centralidade, os custos de transporte e o tempo de deslocamento fazem desaparecer essa antiga funcionalidade exercida pelos excedentes de força de trabalho. Com isso, surge uma população semi-imobilizada espacialmente, já que suas chances de prestação de serviço restringem-se basicamente aos moradores um pouco menos pobres de periferias relativamente consolidadas não distantes.

Se as periferias urbanas de hoje diferem substancialmente das do passado, essa diferença provavelmente também se explica pelo elevado número de pessoas “sem pouso certo” transitando pelos territórios urbanos, expulsas de suas áreas de origem, configurando enfim uma dinâmica demográfica em que são altas as taxas de crescimento e altíssimas as taxas de deslocamento populacional. Em várias regiões da África e Ásia<sup>4</sup> é esse o quadro dramático das novas periferias urbanas,

---

<sup>4</sup> Quarenta e seis indicadores da ONU aplicados em 183 cidades de 97 países do mundo apontam a África e a Ásia/Pacífico como as regiões com os piores números. Nelas a ilegalidade fundiária impressiona. No Cairo, 13 mil pessoas moram nos cemitérios. Em Ho Chi Min, muitos vivem nos chamados “ninho de ratos”. Em Calcutá, 25% dos moradores habitam favelas. Maricato (2002, p. 179).

porquanto envolvem magnitudes populacionais desconhecidas no passado, em meio a níveis de pobreza e exclusão catastróficos.<sup>5</sup>

Estimativas constantes de relatórios da Organização das Nações Unidas nos dizem que em cerca de sete anos a população favelada mundial dobrou de tamanho, chegando a atingir 1 bilhão de indivíduos em 2003, quase 1/7 da população do planeta. No ano 2030, a continuar essa tendência, esse número dobrará novamente.

### E no Brasil? Como ocorre a extensão periférica?

No Brasil, as taxas de crescimento demográfico reduziram-se drasticamente nos últimos 30 anos. As taxas de fecundidade em algumas regiões encontram-se abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher), o que sinaliza, inclusive, para situações de crescimento demográfico negativo no médio prazo. A transição demográfica, portanto, encontra-se muito avançada, notadamente em áreas de urbanização consolidada.

Dessa forma, a componente demográfica mais decisiva a explicar a expansão das periferias urbanas passa a ser a migração intra-urbana e intermunicipal. O conhecimento das características e dos volumes dos fluxos migratórios na atualidade é parte do desafio que se coloca ao entendimento do alongamento das periferias nas grandes cidades do país. Mais que isso, conhecer a trajetória dos migrantes que formam essas novas periferias é também importante para o equacionamento de determinadas questões teóricas: afinal, se a periferia é pobre, de onde surge a pobreza? É a grande cidade,<sup>6</sup> por si

---

<sup>5</sup> A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) estima que 44% da população da região convive com diferentes níveis de pobreza em favelas e bairros periféricos com déficit de infra-estrutura. Em países mais pobres (Haiti, Bolívia, Guatemala, Honduras e Paraguai), a população deverá continuar crescendo a taxas de 3% a.a., portanto, muito superiores à média regional de 2%. Por dados da ONU-Habitat, 31,9% da população da América Latina e Caribe residem em bairros marginais, ao passo que na Europa esse índice não ultrapassa os 6,2%.

<sup>6</sup> Uma grande cidade costuma ser a soma de áreas urbanas de municípios conurbados. Alguns insistem em enxergar várias cidades em uma única mancha urbana, como se a cada município coubesse uma cidade (conforme legislação

mesma, que exclui de suas áreas centrais populações empobrecidas impossibilitadas de permanecerem residindo em áreas revalorizadas ou essa pobreza vem de outro lugar?

No interior dessa discussão, alguns entendem que tais periferias seriam uma espécie de condição intrínseca da cidade capitalista. Faria parte da natureza dessa cidade a produção de periferias sucessivas. A nosso juízo, essa é uma simplificação que não ajuda avançar a análise, porquanto há mais elementos imbricados na dinâmica urbana. É verdade que a cidade capitalista produz exclusão e segregação por força da existência do estatuto da propriedade privada e das lógicas de acumulação do mercado de terras urbanas, as quais favorecem:

- i) a geração de rendas diferenciadas;
- ii) as especializações de usos residencial e não residencial;
- iii) a configuração de áreas segregadas, conforme poder aquisitivo, condição étnica e social dos residentes;
- iv) as intervenções retificadoras ou “corretivas” do poder público revalorizando amplos trechos da cidade e beneficiando atores do mercado imobiliário;
- v) a redinamização do espaço urbano, e por via de consequência a expulsão para a periferia de residentes de áreas centrais (que não suportam o ônus imposto pelas novas centralidades).

Nessa linha de argumentação surge a seguinte generalização: a grande cidade brasileira é o principal espaço a produzir pobreza e exclusão em nosso capitalismo periférico.<sup>7</sup>

---

ainda vigente sobre o assunto). De qualquer forma, dados censitários organizados por municípios permitem observar as trocas entre os municípios integrantes dessa mancha e assim verificar se o principal município da mancha é área de emigração ou imigração, expulsa mais população do que recebe, inclusive de seus municípios periféricos.

- 7 A favor dessa argumentação há o fato indiscutível de governos, entidades religiosas e empresariais terem promovido, durante boa parte do século XX, a erradicação de populações de cortiços e favelas de grandes cidades, geralmente à força, expulsando de fato milhares de famílias de áreas centrais para conjuntos habitacionais da periferia. A abertura de avenidas, regularização de logradouros, instalação de grandes equipamentos foram motivações recorrentes para a remoção de pobres de áreas centrais, obedecendo à lógica da produção de rendas diferenciais mediante processos urbanísticos de valorização da terra.



O Rio de Janeiro, por exemplo, bem antes da “explosão urbana” de São Paulo, viveu um intenso processo de produção de periferias no início do século XX, na mesma medida em que sucessivas ações governamentais procuravam remover os pobres de áreas centrais valorizadas. Na verdade, com o fim da escravidão, milhares de ex-escravos dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Nordeste foram abandonados à própria sorte. Em pouco tempo, chegaram à grande cidade ocupando morros, terrenos alagadiços e desvalorizados, fazendo surgir as primeiras favelas e multiplicando as áreas encortiçadas. Os números falam por si mesmos: em 1870 a cidade ainda era modesta, com seus 235.381 habitantes; em pouco mais de 30 anos, sua população mais que triplicou, atingindo os 806.335 habitantes em 1906.<sup>8</sup>

Ainda na primeira metade do século XX, sucessivas ações governamentais foram uma espécie de corolário de mudanças nas técnicas construtivas e conceituais associadas ao urbanismo modernista veiculado pela Carta de Atenas, as quais estabeleceram novos gabaritos, categorias de zoneamento e uso do solo que, se de um lado respondiam às necessidades de crescimento da economia urbana, de outro lado revalorizavam amplos espaços das cidades tornando-os proibitivos a antigos moradores de baixo poder aquisitivo.<sup>9</sup>

Alguns autores formulam a tese de que sucessivas camadas de atividades e investimentos – ou trabalho e capital – reconfiguram

---

<sup>8</sup> Muitos foram os momentos em que o poder público investiu recursos humanos e materiais na tentativa de resolver o problema das favelas, geralmente por meio de projetos e planos urbanísticos que removiam direta ou indiretamente os moradores de áreas centrais valorizadas para conjuntos habitacionais na periferia. A remoção, em vários casos, era comemorada por autoridades e políticos, apesar de dramática para os ex-residentes. São até hoje lembradas as ações “espetaculares” do governo Carlos Lacerda no início dos anos de 1960, incendiando favelas e expulsando seus moradores para os subúrbios (ver Nascimento, 2004).

<sup>9</sup> As próprias atividades industriais, à medida que se modernizavam e ampliavam a escala de produção, viram-se interessadas em sair de suas antigas instalações centrais e se fixarem nas novas periferias, às vezes sob a forma de distritos industriais, como ocorreu no Rio de Janeiro, São Paulo – ou Belo Horizonte por exemplo, com a criação da cidade industrial de Contagem. Com isso, milhares de operários acabaram se deslocando de bairros, vilas e favelas centrais para núcleos residenciais próximos das novas plantas industriais, materializando uma outra forma de expulsão do centro para a periferia.

ciclicamente as franjas urbanas das grandes cidades. O processo se desenrola simplificadamente por três etapas: i) loteamentos populares irregulares atraem trabalhadores pobres que se utilizarão da auto-construção para edificar suas moradias; ii) reivindicações por serviços e infra-estrutura urbana levam as administrações municipais a instituir os chamados perdões públicos ou anistias, imputando o *status* de legalidade aos parcelamentos irregulares, ampliando assim sua margem de arrecadação tributária após implantar redes de energia elétrica, água, drenagem, entre outras; iii) com isso pavimentam-se o caminho para a emergência da terceira camada, a do *capital*. Terrenos anteriormente retidos especulativamente são vendidos a preços elevados e novos empreendimentos comerciais, tais como supermercados, padarias, comércio de classe média e indústrias, substituem os botequins, armazéns, quitandas e similares, empurrando antigos usos e atividades para periferias mais distantes (Mautner, 2004).

Sem contrariar essa lógica, mas aprofundando-a, com o avanço da modernização e da industrialização novas dimensões vieram participar diretamente da vida das antigas grandes cidades, na medida em que a elas integravam-se territorialidades bem mais abrangentes. Nos últimos decênios, somam-se os exemplos de ações programadas no âmbito do chamado planejamento estratégico, geralmente envolvendo parcerias público-privadas e aglutinando interesses locais e transnacionais, direcionadas às chamadas operações imobiliárias de “redesenvolvimento” urbano. Ao final do processo, a remoção de centenas de famílias residentes em bairros ou favelas localizados nas áreas a serem “revalorizadas” é uma realidade.<sup>10</sup>

Os processos intra-urbanos supracitados, portanto, não perderam importância, devendo ser mencionados, registrados e preferentemente mensurados, para que se saiba até que ponto e com que intensidades operam na redinamização econômico-demográfica

---

<sup>10</sup> Um *pool* de empresários e promotores imobiliários nacionais e internacionais, em uma megaoperação urbana deflagrada na Marginal Pinheiros da cidade de São Paulo, iniciada nos anos de 1980, fez surgir o maior centro financeiro-empresarial da América Latina, tornando-a a quarta maior cidade do mundo em prédios verticalizados. Nesse processo, favelas e bairros existentes na área foram “atingidos”, literalmente desmanchados e sua população deslocada para periferias distantes do local de trabalho (Fix, 2003).

das cidades contemporaneamente. Parece óbvio considerar que em contextos de crescimento econômico, por exemplo, tais processos ganham velocidade e qualidades próprias. Da mesma forma, em situações de acentuado declínio demográfico, requalificam-se as evidências, e a teorização ganha outros significados. No limite, poder-se-ia argüir que o mercado imobiliário – um dos fatores determinantes para a criação de rendas fundiárias urbanas – entra em colapso ou estagnação se desaparecerem compradores ou se uma imensa população de demandantes de espaço urbano não tiver mais poder aquisitivo para tanto, já que operações urbanas especializadas em construções não residenciais, como as grandes torres de escritórios, núcleos financeiros e empresariais e *shopping centers* são incapazes de sustentar o mercado imobiliário por longos períodos.

Nessa linha de raciocínio, conviria observar que os processos de expansão urbana das grandes cidades depende: da própria dinâmica econômica interna e externa aos países nos quais se localizam estas cidades; e das características da dinâmica demográfica, o que significar considerar o estágio em que se encontra a transição demográfica, as tendências da mortalidade, fecundidade e migrações, já que tudo isso repercute na dimensão dos assentamentos humanos.

Algumas situações podem combinar, por períodos relativamente longos, contextos econômicos e demográficos específicos. Simplificadamente, pode-se distinguir pelo menos quatro tipos de combinações econômico-demográficas nas regiões urbanas: 1. baixo crescimento econômico e alto crescimento demográfico; 2. baixo crescimento econômico e baixo crescimento demográfico; 3. alto crescimento econômico e alto crescimento demográfico; 4. alto crescimento econômico e baixo crescimento demográfico. Outras situações poderiam ser pensadas, mas, para as finalidades dessa discussão, essas quatro hipóteses são suficientes, desde que se entenda crescimento econômico como sinônimo de vitalidade econômica, enfim, economia produzindo riqueza e excedentes.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> É evidente que o modelo de desenvolvimento econômico adotado é algo central nessa discussão, pois a extensão da desigualdade e da exclusão é, em boa medida, resultante das decisões estruturadas no marco conceptual de cada modelo. Contudo, ainda assim, convém não desconhecer que desde 1980 o país

O Brasil já passou por várias dessas situações e encontra-se, há quase duas décadas, na Situação 2, que é, evidentemente, bem melhor do que a 1. Contudo, como viveu um longo tempo na Situação 3, há ainda contingentes demográficos derivados de um período pré-transição demográfica, que ainda pressionam fortemente os mercados de trabalho. Boa parte desses contingentes compõe a população “excedente” de migrantes acima referida. Migrantes geralmente pouco qualificados, com poucas chances de encontrar trabalho nas economias urbanas em crise das grandes cidades de hoje.

Esse quadro, certamente, é bem diferente do período 1950-1980, quando o país experimentou um longo período de crescimento econômico orientado por políticas de substituição de importação, investimentos do Estado e de empresas internacionais que resultaram na instalação de um parque industrial de grandes proporções no Sudeste brasileiro. A pobreza, a marginalização e a exclusão ganharam visibilidade, mesmo diante dos mais de 27 milhões de empregos gerados nas principais cidades que participavam do esforço desenvolvimentista naqueles 30 anos. Na verdade, a população crescia a taxas ainda altas, atingindo os 93 milhões de habitantes em 1970 e cerca de 121 milhões em 1980, ao passo que o país vivia um impressionante processo de desestabilização das relações produtivas nas áreas rurais, o que resultou na expulsão de mais de 30 milhões de trabalhadores rurais para as áreas urbanas entre os anos de 1960 e 1970. Assim, não obstante o grande número de postos de trabalho gerados pela industrialização e urbanização, as periferias das grandes cidades acumularam um volume de população excedente de tal ordem que ultrapassou os “limites” do chamado “exército industrial de reserva” da economia em expansão.

---

vive sucessivas crises diretamente associadas ao baixo desempenho interno da economia. Foi exatamente nesse período que explodiu a pobreza nas periferias urbanas das grandes cidades, como nos informa a *Folha de S. Paulo* de 4/7/2000, ao salientar que metade da população de São Paulo morava em situação irregular e 5,5 milhões de pessoas viviam em bolsões de habitação clandestina.

Depois de 1980, o país viveu um longo ciclo de declínio e recessão ou surtos de expansão de tipo “*stop and go*”. Nesse contexto, em que as crises econômicas e do Estado foram recorrentes, a dívida pública cresceu exponencialmente e as demandas sociais ficaram represadas, faltaram recursos para o aparelhamento das grandes cidades. Com o Estado ausente, o planejamento econômico e o planejamento urbano praticamente desapareceram, os investimentos em saneamento, habitação, educação e saúde minguaram, escassearam-se os financiamentos internacionais de baixo custo ou a fundo perdido, as privatizações não resultaram em riqueza nova significativa e a fuga dos investimentos produtivos das grandes cidades, ou mesmo sua inexistência, completaram esse quadro de desalento. Sem tais investimentos, restringiu-se a oferta de emprego e amplos segmentos da população passaram a conviver com a pobreza.

Mas essa pobreza materializa-se principalmente nas periferias urbanas?

Existe, certamente, uma pobreza rural que aumenta em várias regiões do país, com todos os problemas de definição que o termo rural possui na atualidade. Contudo, os números que abarcam a pobreza urbana são mais significativos e põem em destaque uma constelação de cidades de diversos tamanhos da rede urbana brasileira e as periferias das grandes cidades.

Dados recentes da ONU apontam a existência de 26 milhões de pessoas espalhadas por subespaços do Nordeste, Norte e Sul vivendo em situação de extrema pobreza (com menos de um dólar por dia), sendo que parte substantiva desse total encontra-se nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Motta (2004, p. 136) sublinha que, nas periferias das grandes cidades, combinam-se desemprego, subemprego e pobreza. As chamadas *aglomerações urbanas* reuniam quase metade dos pobres do país (47,8%), o que equivalia, em 1998, a cerca de 24,8 milhões de pessoas. Dados do IPEA e de Sônia Rocha mostram que, no mesmo ano, quase 15,7 milhões de pobres viviam nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras, sendo que São Paulo contribuía com mais de 1/3 desse total e o Rio de Janeiro com quase 1/5 (18,8%). As duas metrópoles, juntas, respondiam por mais de 16% da pobreza brasileira. Entre 1991 e 2000, Maricato (2002) observa que, segundo o Censo

Demográfico, as favelas brasileiras teriam aumentado 22%, e só no município de São Paulo cresceram de 585 em 1991 para 612 em 2000.<sup>12</sup>

Ao que tudo indica, se é verdade que o país encontra-se na Situação 2 acima referida, as periferias urbanas distantes traduzem realidades da Situação 1. Altos níveis de pobreza convivem com crescimento demográfico muito alto, resultante, principalmente, da contribuição das migrações internas.

Estudo recente sobre a metrópole de São Paulo, coordenado por Haroldo G. Torres, do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM – Cebrap), reforça nossa assertiva. Em face da grande extensão da conurbação metropolitana e da evolução de seus subespaços, o estudo dividiu a cidade em Cidade Consolidada, Periferia Consolidada e Fronteiras Urbanas.<sup>13</sup> Nessas últimas o crescimento demográfico é explosivo. Enquanto a média brasileira entre 1991 e 2000 situou-se em 1,6% ao ano, quase o dobro do crescimento da cidade de São Paulo (0,9% a.a.), nas Fronteiras Urbanas esse crescimento chegou aos impressionantes 6,3% a.a., o que resultou no acréscimo de mais 2,1 milhões de pessoas nessas áreas. Tais subespaços, que abrigavam cerca de 19% da população da metrópole paulistana em 2000, passaram a incorporar 1/3 da

---

<sup>12</sup> Se a consulta se estende a outras fontes de informações, como as do Laboratório de Habitação da FAU/USP, a autora constata que no Rio de Janeiro os moradores de favelas representavam 20% da população, em São Paulo, 22%, em Belo Horizonte, 20%, em Goiânia, 13,3%, em Salvador, 30%, em Fortaleza, 31% e em Recife, 46%. Maricato associa a atual tragédia urbana brasileira a uma série de fatores, econômicos e não-econômicos, sem os quais não se explica a manutenção dos atuais padrões de desigualdade: em 1981, segundo dados do Dieese, o 1% dos mais ricos detinham 13,4% da renda nacional, em 1995, essa mesma minoria abocanhava 14,4% da renda, enquanto os 50% mais pobres, de 13,5% em 1981 passaram a 13,3% em 1995. O aumento das taxas de violência nas metrópoles a níveis nunca vistos seria o indicador mais definitivo a expressar a piora das condições de vida nessas grandes cidades. Maricato (2002, p. 30).

<sup>13</sup> As fronteiras urbanas são, na verdade, uma segunda periferia, evidentemente em piores condições do que a primeira, a que denominam Periferia Consolidada. Periferias, geralmente, estão nas bordas da cidade, mas nas grandes cidades pode-se identificar sucessivas periferias. No caso, os autores procuram associar ao conceito Fronteiras Urbanas, não só a precariedade ou mesmo inexistência de serviços urbanos, ao lado de péssimos indicadores de renda, mas também o fato de serem subespaços com alto crescimento demográfico (superior a 3% a.a.).

população metropolitana. Dessa forma, para explicar o crescimento de 0,9% da cidade como um todo, outras regiões da cidade devem ter perdido população, já que também a Periferia Consolidada cresceu (ganhou cerca de 590 mil novos habitantes). De fato, as áreas mais centrais, as da Cidade Consolidada, perderam mais de 750 mil habitantes.<sup>14</sup>

É evidente que nas periferias metropolitanas de São Paulo atuaram os mecanismos de exclusão contidos na dinâmica do mercado imobiliário da cidade capitalista. O próprio esvaziamento das áreas centrais e a expansão da Periferia Consolidada convergem com essa formulação teórica. Contudo, a situação nas Fronteiras Urbanas é distinta. Nelas, a pobreza e o crescimento demográfico não são produto da grande cidade, estrito senso.<sup>15</sup>

### Outras origens da pobreza das periferias urbanas

A piora dos indicadores costuma gerar perplexidades e dúvidas. Na mídia, mais recentemente, pergunta-se sobre o futuro das grandes cidades e se estariam condenadas a ser o principal *locus* da pobreza e da exclusão. Se não, o que fazer e como enfrentar tais questões de modo a auxiliar na formulação de políticas públicas mais dirigidas à origem dos problemas.

---

<sup>14</sup> A relação entre pobreza e migração é objeto de análise no Brasil há décadas. Vários autores trataram dessa questão, desmistificando o que se situava nas aparências da urbanização acelerada. Merrick (1981), por exemplo, já observava que a migração, ao levar a pobreza distante para as cidades, tornava-a mais visível. Os migrantes, na verdade, ao incorporar o processo de seletividade da migração, adaptavam-se rapidamente nas grandes cidades e, mesmo no trabalho informal, experimentaram a mobilidade social ascendente e contribuíram expressivamente para o desenvolvimento urbano-industrial do país.

<sup>15</sup> Os problemas e ineficiências derivados desse quadro preocupam muitos estudiosos e autoridades públicas e afetam a todos os contribuintes. A professora Maria Ermínia Maricato adverte para essa situação dicotômica de São Paulo, apontando o desperdício inscrito no fato de existirem áreas bem equipadas que se esvaziam demograficamente e áreas não equipadas que explodem demograficamente. Sabendo que a situação é grave e de difícil solução, ainda nos diz: “O povo tem que entrar na cidade. Mas onde colocar 1,7 milhão de pessoas que moram nas bordas da represa Billings?”.

Se a pobreza tem várias causas e endereços, quais espaços geográficos produzem mais pobreza na atualidade? A grande cidade, principalmente, produz pobres ou os acolhe?

De qualquer forma, é essencial incorporar a totalidade do espaço nacional na análise dessas questões, pois os processos socioespaciais não são estanques e se comunicam dinamicamente. Essa, certamente, é uma agenda de pesquisa a ocupar muitos anos de investigação em face do caráter transdisciplinar que o tema suscita.

Enquanto isso, conviria explorar alguns dos estudos e dados disponíveis no momento, articulando evidências e levantando hipóteses.

Por exemplo, a própria economia, independentemente dos mecanismos perversos do mercado da terra urbana, produz pobreza, notadamente nos períodos de reestruturação produtiva. Se é verdade que, desde os anos de 1980, o mercado de trabalho urbano vem se reestruturando, nos momentos recessivos dos anos de 1990 o emprego sem carteira assinada ampliou mais fortemente, atingindo proporções próximas dos 60% do emprego total. Certamente, a reestruturação produtiva responde em boa medida pelo aumento de trabalhadores no *comércio ambulante* e nos *serviços pessoais* nas grandes cidades, setores líderes na ocupação de assalariados sem carteira (Cardoso Junior e Fernandes, 2000). As mudanças na indústria de transformação, a generalização da terceirização e subcontratações acompanham a marcha da precarização do trabalho nos anos 90 nas grandes cidades. Ao longo da década, nas seis principais regiões metropolitanas, a informalidade rompe a marca dos 50% do emprego total, chegando a 51% em 2000 (Ramos, 2002). Parte dos atingidos pelas mudanças econômicas podem ter sido expulsos de áreas urbanas centrais para bairros de periferia, já que é sintomático o aumento do número de invasões de terras e de prédios desocupados, assim como da população de rua e dos “sem teto”. Boa parte desses últimos mora em áreas distantes da periferia metropolitana e, sem condições de arcar com o preço da passagem de volta até as suas casas, vêm-se forçados a dormir sob abrigos improvisados em áreas degradadas dos centros das cidades.

Entre 1990 e 2001, dados levantados por estudiosos do Instituto de Economia da UFRJ (originários das contas nacionais e da matriz insumo e produto do IBGE) sustentam que a reestruturação produtiva



eliminou 12,3 milhões de empregos no país, não obstante a criação de 3,2 milhões de empregos, número absolutamente insuficiente para cobrir a demanda anual de 1,5 milhões de novos empregos. A produtividade do trabalho cresceu significativamente no período, afetando positivamente a capacidade de exportação. A modernização tecnológica avançou (embora não concluída), mas a economia só gerou postos de trabalho em números mais expressivos no setor de serviços.<sup>16</sup> Nos demais setores, a mudança tecnológica eliminou mais de 13,9 milhões de empregos. Paradoxalmente, os setores que mais desempregaram localizam-se em espaços bem distintos: 1. a indústria manufatureira, geralmente urbana, por mudanças tecnológicas, eliminou 3,6 milhões de empregos no período; 2. a agropecuária, setor tipicamente rural, eliminou muito mais, chegou a desempregar quase 9,0 milhões de pessoas como resultado de mudanças tecnológicas. Em ambos os casos é pertinente indagar para onde foram essas pessoas. No primeiro caso, muitos foram se ocupar no setor de serviços das grandes cidades (sujeitando-se a salários inferiores), outros provavelmente seguiram juntos com a indústria para alguma periferia urbana ou para o interior do país em busca de novas oportunidades.<sup>17</sup> Outros, entretanto, mantiveram-se desempregados e podem ter sido expulsos para periferias consolidadas ou não. Já no segundo caso,<sup>18</sup> entre os destituídos do emprego agrícola (ou expropriados da terra),<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Os setores com maior saldo positivo foram: Serviços Pessoais e Sociais (2,9 milhões), Comércio (2,4 milhões), Serviços Empresariais (1,6 milhões), Transporte e Comunicações (595,9 mil).

<sup>17</sup> Dados da Fundação Seade derivados da PIA (Produção Industrial Anual) do IBGE indicavam que, em 2000, a indústria do interior paulista superava a da Grande São Paulo em termos de participação na produção industrial (27,1% contra 20,7%). Pesquisa do Sebrae sobre uma amostra de 29 Arranjos Produtivos Locais espalhados pelo interior do país mostra que 800 mil empregos foram criados, envolvendo 80 mil empresas e faturamento médio de 29% entre 2003 e 2004.

<sup>18</sup> A agropecuária brasileira ainda ocupa cerca de 26% do total de ocupados, percentual bem superior ao de países ricos (entre 6% e 7%) como afirma David Kupfer, coordenador do Grupo de Estudos da UFRJ.

<sup>19</sup> Mais ou menos nos termos descritos por Marx, em seu clássico capítulo 8 do Capital (livro 1) sobre a *acumulação primitiva*. A velha expropriação camponesa das terras dominiais, que liberou grandes massas de trabalhadores para as cidades da protoindustrialização inglesa nos séculos XVIII e XIX, traveste-se

um contingente não desprezível certamente ingressou nos movimentos de luta pela terra, mas muitos outros devem ter ido para as periferias distantes das cidades.

Um outro exemplo paradigmático, em que a pobreza das periferias não se associa à expulsão da grande cidade, é o de migrantes originários de regiões pobres (como o Nordeste), onde a emigração possui uma longa tradição, a ponto de fazer surgirem as redes sociais da migração, arranjo societal que empresta apoio e solidariedade aos novos migrantes. O principal exemplo já comprovado dessas práticas é o da própria cidade de São Paulo e o estudo dos pesquisadores do CEM/Cebrap reafirma essa observação: dos 2,1 milhões de habitantes das Fronteiras Urbanas, 703 mil vieram de outros estados, sendo o Nordeste responsável por 521 mil desse total. Tais Fronteiras receberam 46% dos migrantes nordestinos que chegaram à região metropolitana. Trata-se de uma população com níveis de renda três vezes menores que a renda dos residentes nas áreas mais centrais.

### O exemplo de Belo Horizonte

A pobreza nas periferias de Belo Horizonte não difere substancialmente da existente nas demais grandes cidades, mesmo que os números absolutos e as escalas discrepem muito se comparados a São Paulo. Há semelhanças, mas também muitas diferenças. A influência da migração nordestina em Belo Horizonte, por exemplo, não fincou raízes profundas, como no caso da metrópole paulistana. Minas Gerais tem seu próprio *nordeste*: um amplo arco territorial que agrega centenas de municípios estagnados situados nas porções norte, nordeste e leste do estado, integrantes das bacias do São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Os migrantes pobres que buscam a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) são originários principalmente dessas regiões. São Paulo, inclusive, foi e ainda é uma das principais áreas receptoras de migrantes dessas mesmas regiões, muitos deles indo para lá após algum tempo na RMBH.

---

hoje de “modernização agrícola” e produz efeitos semelhantes, mediante expansão das grandes propriedades por meio da aquisição de terras de camponeses e pequenos produtores.

A periferia urbana de Belo Horizonte, embora mais fragmentada e bem menos compacta do que a de São Paulo, alonga-se por extensos territórios de municípios vizinhos, muitos dos quais configurando corredores ou eixos de expansão articulados ao *core* belo-horizontino.

Pode-se visualizar o alongamento da periferia por meio de dados referidos aos municípios da RMBH e do chamado Colar Metropolitano. Nessa ampla área há vários municípios conurbados com Belo Horizonte, formando uma cidade única de grande porte, onde o peso demográfico do município de Belo Horizonte vem diminuindo significativamente, desde pelo menos 1980. Sua taxa de crescimento nos últimos 20 anos, próxima de 1% a.a., é bem inferior à de municípios periféricos, nos quais, em muitos casos, ultrapassa o triplo desse valor. Isso demonstra tanto a “vitalidade” da periferia, como o relativo esvaziamento de espaços centrais da capital. Diversos bairros de Belo Horizonte têm experimentado crescimento demográfico negativo e, mesmo nas favelas consolidadas, esse crescimento tem se mostrado muito baixo.

Se, de um lado, antigos moradores da cidade saem ou são expulsos para as novas periferias, é também verdade que o município de Belo Horizonte recebe anualmente milhares de migrantes pobres e, em face do saturamento de suas áreas ocupadas, experimenta há décadas o fenômeno da remigração. Imigrantes aportam na cidade, mas pouco tempo depois remigram para os municípios periféricos, onde o acesso a moradia é mais fácil ou são maiores as oportunidades de ocupação irregular de terrenos. Por tais razões, Belo Horizonte é o maior fornecedor de migrantes recentes para a sua ampla periferia. Essa evidência perturba as análises porque estariam a indicar que a grande cidade expulsa anualmente milhares de seus ex-residentes, lançando-os na periferia e na pobreza, excluindo-os da centralidade urbana. Contudo, em boa medida, ocorre o contrário, a grande cidade mais acolhe do que expulsa. Isso principalmente se ela for pensada como grande espaço conurbado, cidade única, mesmo que integre dezenas de municípios.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Belo Horizonte distribui e redistribui população por sua hinterlândia há pelo menos 20 anos. As trocas entre ela e os municípios que compõem suas diversas periferias têm sido crescentemente favoráveis a esses últimos. Há, inclusive, municípios a mais de 150 quilômetros da capital que passaram a ganhar população da capital, expondo diferenciais significativos nas trocas migratórias (Matos, 2003).

Cidades muito dinâmicas, após conhecerem níveis de saturamento em suas áreas centrais, experimentam o alongamento das periferias mais fortemente, as quais passam a constituir alternativa residencial de pobres e não-pobres. A existência de grandes vias arteriais, anéis rodoviários, transporte público diversificado e a disseminação da cultura do carro particular ajudam a explicar a existência de periferias tão distantes.

Contudo, as velhas centralidades da grande cidade permanecem importantes. Não é por outra razão que, nas regiões metropolitanas, tantos municípios desempenham por décadas a função de “cidade” dormitório. Em Belo Horizonte, essa realidade é patente, porquanto a maioria dos moradores das periferias mantém-se articulada com o núcleo metropolitano, principalmente por razões ligadas ao trabalho.<sup>21</sup>

As periferias de Belo Horizonte são, portanto, formadas por um grande número de indivíduos que possuem vínculos com o núcleo (ex-residentes de BH, migrantes que residiram pouco tempo em BH, trabalhadores pendulares). A saturação do município núcleo resulta em expulsão de parte de antigos residentes, consubstanciando processos de exclusão, segregação e auto-segregação, mas também resulta em redistribuição da população que não consegue se fixar no Core.

Na verdade, a redistribuição demográfica em termos socioespaciais se dá de maneira complexa, pois, além de compreender processos econômicos que tipificam a cidade capitalista, internaliza as características de origem dos novos migrantes, freqüentemente muito numerosos, empobrecidos e sem recursos para a fixação nas áreas centrais das grandes cidades. Além disso, há também outras lógicas que explicam a formação de periferias, como as que denominamos *fatores geográfico-funcionais*. Isto é, conjunto de atributos que se referem à localização geográfica relativa dos assentamentos residenciais próximos de vias expressas e grandes equipamentos, geralmente traduzidos pela:

---

<sup>21</sup> Dados exibidos em Matos, Lima e Braga (2003) não deixam dúvidas: aumentou muito a proporção de pessoas que fazem migração pendular na RMBH entre 1980 e 2000. Os municípios em que esse aumento foi mais expressivo são Esmeraldas, Vespasiano, Mateus Leme, Caeté, Lagoa Santa e Matozinhos, a maior parte deles situados na porção Norte da região. Todavia, em quatro deles aumentou muito a oferta de condomínios fechados e semifechados no período.

- a) contiguidade “topológica” entre áreas;
- b) acessibilidade e proximidade com nucleações centrais;
- c) aspectos paisagísticos e declividades topograficamente favoráveis à expansão horizontal; e
- d) proximidades com grandes subáreas especializadas e/ou segregadas do tecido urbano.

É evidente que o mercado explora tais fatores, produzindo loteamentos populares ou estimulando, por exemplo, a auto-segregação quando expande a oferta de condomínios fechados.

### Onde está a pobreza na grande região de Belo Horizonte?

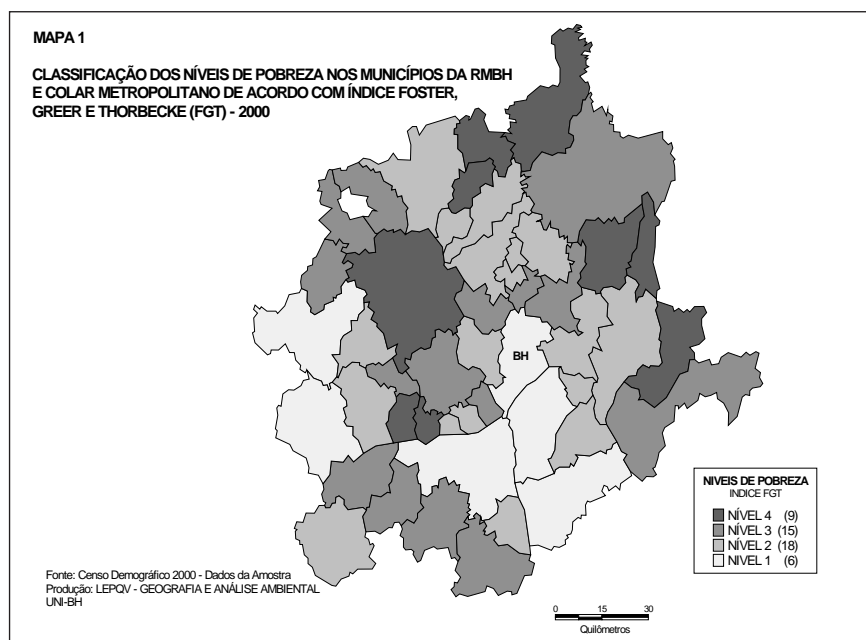
Existem diferenças expressivas em termos de pobreza entre os 48 municípios integrantes da RMBH e Colar Metropolitano. Onze desses municípios detinham mais da metade das famílias em situação de pobreza.<sup>22</sup>

Utilizando-se o índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbeck (citados por Rocha, 2003), foi possível classificar os municípios em quatro níveis, conforme indicado no Mapa 1. No nível 1 estão os municípios em melhor posição, como Belo Horizonte e Nova Lima, já no nível 4 estão os que ostentam os piores indicadores.<sup>23</sup>

No nível 3, cujos indicadores são ainda sofríveis, fazem parte vários dos municípios que recebem migrantes que já residiram em Belo Horizonte. Tais áreas delinham uma periferia próxima do Core (Ribeirão das Neves, Betim, Santa Luzia, Ibirité e Vespasiano). Por outro lado, integrando áreas periféricas mais distantes, surgem os municípios localizados nas porções noroeste e nordeste da Região onde os indicadores são relativamente piores, em franco contraste com a situação dos municípios das regiões Sudoeste e Sudeste, onde os níveis de pobreza são menores.

<sup>22</sup> Os valores de linha de pobreza incorporam diferenciais espaciais em termos de custo de vida para as populações de baixa renda, conforme sugestão de Rocha (2003). Assim, as linhas de indigência e de pobreza para Belo Horizonte e região foram, respectivamente, 0,23 e 0,81 salários mínimos per capita/mês (ver Matos, Lobo e Stefani, 2003).

<sup>23</sup> Como Funilândia, Taquaraçu de Minas, Nova União, Baldim, Esmeraldas, Barão de Cocais, Prudente de Moraes, São Joaquim de Bicas e Igarapé, vários deles integrantes da periferia mais distante da capital.



Conforme já observado, os dados censitários mostram que os imigrantes da RMBH e Colar são originários, principalmente, de Minas Gerais, sendo Belo Horizonte o município que mais contribui com a expansão de suas periferias mais próximas – a exemplo de Contagem e Ribeirão das Neves –, redistribuindo grande parte da população que recebe do resto do estado. Os municípios de Betim, Santa Luzia, Ibirité e Vespasiano também compõem nessa redistribuição próxima, dando origem a uma espécie de anel ao redor de Belo Horizonte, demarcando o que pode ser denominado “primeira periferia”. À medida que diminui a proximidade com a capital, tende a haver uma diminuição desse fluxo.

Um número significativo de pessoas que saem de Belo Horizonte possui condição socioeconômica modesta, mas relativamente melhor do que o resto da população da periferia metropolitana. A análise dos dados relativos aos imigrantes (de data fixa 1995/2000) economicamente ativos, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, deixa evidentes as semelhanças entre suas rendas média e mediana e a dos não-migrantes; geralmente baixas, notadamente

entre os residentes da periferia norte de Belo Horizonte (Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano). Contudo, em 35 dos 47 municípios examinados, a renda mediana dos emigrantes de Belo Horizonte é superior à dos não-migrantes. Em vários dos municípios, o percentual de pobres dentro do grupo de imigrantes é inferior ao observado entre os chefes não-migrantes. Em alguns desses casos, os diferenciais entre migrantes e não-migrantes são bem expressivos. Nos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Lagoa Santa, Itabirito e Itaúna, importantes receptores de emigrantes de Belo Horizonte, os valores da renda mediana dos não-migrantes são bem menores que os dos que saíram de Belo Horizonte.<sup>24</sup>

Na grande região polarizada por Belo Horizonte, há determinados subespaços periféricos onde a pobreza é de tipo endêmico. Nesses os migrantes e não-migrantes são igualmente pobres. Há, entretanto, áreas da periferia metropolitana onde os imigrantes estão em melhores condições de renda. Tudo indica que são famílias de renda média e alta que vêm participando do processo de desconcentração/dispersão populacional e da fuga dos contrangimentos socioespaciais da grande cidade. O mercado imobiliário vem explorando essas tendências, oferecendo alternativas de localização residencial que vão além dos condomínios fechados dirigidos aos segmentos de mais alta renda. Segmentos intermediários parecem se espalhar por amplos espaços físicos da região em assentamentos horizontais, por onde também proliferam ocupações de baixa renda, como sugerem os dados sobre pendularidade.

Em vários municípios da periferia, populações muito pobres convivem econômica e geograficamente, a pouca distância, com estratos da classe média.

---

<sup>24</sup> O município de Nova Lima, por exemplo, recebeu de Belo Horizonte 687 chefes de domicílios com mais de 10 salários mínimos (s.m.) de rendimento (esse número corresponde a mais de 60% dos imigrantes desse município entre 1995/2000). Na mesma situação salarial, também merecem ser citados os casos de Brumadinho e Lagoa Santa, que abrigaram, cada um, mais de 200 chefes de domicílios emigrantes procedentes de Belo Horizonte; Contagem, que recebeu mais de 1.000 chefes nesse mesmo nível de rendimento.

## Condomínios fechados e semifechados

Estudando alguns condomínios fechados da RMBH, Bhering (2003) observava que o processo de favelização em áreas próximas a eles é visto com relativa tolerância pelo poder público e pela própria classe média, porque, além de estarem sob controle, impedidos de se expandirem em demasia fisicamente, são funcionalmente desejáveis para atender às necessidades de mão-de-obra dos condôminos em termos de serviços domésticos, faxina, pequenos reparos e manutenção, entre outros.

De qualquer forma, não há dúvidas de que os chamados condomínios fechados tornaram-se um dos empreendimentos imobiliários mais usuais nas grandes cidades brasileiras nos últimos 30 anos. Oferecidos originalmente aos segmentos de alta renda, aludem às comodidades existentes fora das áreas urbanas congestionadas, à vida bucólica próxima da natureza, com segurança e tranquilidade, longe dos conflitos sociais das áreas densamente ocupadas das grandes cidades. Estima-se que mais de 4 milhões de pessoas vivam em condomínios horizontais e verticais, o que equivaleria a cerca de 10% da classe média brasileira.<sup>25</sup>

Os condomínios horizontais das classes médias e altas, além de expressarem um alongamento do tecido urbano por nichos fragmentados das grandes cidades, vinculam-se aos mecanismos de formação de rendas imobiliárias, os quais, por si sós, são promotores de áreas segregadas, ratificando tendências da modernidade urbano-industrial capitalista que rompem com o ideal da *urbes* compartilhada, da cidade de todos ou da cidade como um direito como a postulava Lefebvre.

Não obstante os problemas legais e as implicações jurídicas derivadas das leis 4591/64, 6766/79 e 9785/99 que regulam a questão

---

<sup>25</sup> Bhering (2003) identifica quatro tipos de condomínios fechados: os verticalizados em grandes edifícios urbanos bem equipados com áreas de lazer e serviços diversos; os exclusivamente residenciais com muros altos separando-os do resto da cidade; os de tipo “*edge cities*”, uma espécie de minicidade de classe média com serviços, comércio e residências; e os de tipo horizontal, exclusivamente residenciais, muito comum nas periferias de Belo Horizonte, separados da cidade, com um controle da vizinhança, mas que se servem de bairros próximos em termos de comércio, serviços e mão-de-obra.



dos parcelamentos e reserva de áreas públicas e privadas, as concessões outorgadas pelo poder público municipal a sociedades civis constituídas por proprietários de glebas têm sido uma prática que veio dirimir impasses legais, mas, principalmente, atender aos anseios de diversos agentes do mercado imobiliário urbano nos últimos 20 anos.<sup>26</sup>

Com isso, tais parcelamentos difundiram-se pelas periferias das grandes cidades brasileiras, valendo-se do próprio efeito demonstração que os primeiros lançamentos passaram a incorporar. Na verdade, os loteamentos de tipo clássico originalmente oferecidos às classes médias parecem declinar de forma inexorável. Daí a constatação da existência de condomínios fechados no estrito senso e condomínios *semifechados*, ou seja, parcelamento só aparentemente fechado, uma espécie de estratégia do mercado para diminuir custos e alcançar segmentos da chamada classe média baixa.

Entre outras características, um condomínio realmente fechado exige portaria 24 horas e controle da entrada de visitantes, mediante notificação aos proprietários. Em face de sua visibilidade relativa e da expansão da criminalidade em algumas grandes cidades, o aparato de segurança torna-se crescentemente mais sofisticado, passando a representar, de longe, o item mais caro que mensalmente os condôminos têm de arcar. O que denominamos “condomínio semi-fechado”, uma espécie de espaço alternativo criado pelo mercado, e que vale-se das indefinições legais acima citadas, é fechado em seus limites, conta com guarita simbólica ou controle apenas parcial da entrada de visitantes e não possui patrulhamento motorizado em seu interior. Isto, evidentemente, reduz drasticamente os custos com vigilância e segurança. Na RMBH, esse tipo de empreendimento passa a ser bastante encontrado e fica ao alcance de diversos estratos de menor renda da classe média.

---

<sup>26</sup> Os incorporadores, certamente, procuram reduzir os riscos de seus investimentos, antecipando, sempre que possível, as demandas futuras de uso do solo e a alocação de investimentos públicos previstos e aproveitando-se de brechas na legislação urbanística vigente. Com isso, geram expectativas de valorização, o que é suficiente para alavancar os preços relativos dos imóveis, remunerando promotores imobiliários e disseminando efeitos geradores de desigualdades socioespaciais entre áreas urbanas, não raro, circunvizinhas.

### A classe média procura o paraíso?

Talvez sim. Embora seja difícil acreditar que o paraíso terrestre se localize nos interstícios das periferias urbanas das grandes cidades (mesmo que em condomínios fechados). A rigor, diante do quadro de expansão generalizada da pobreza, muitos se perguntam se ainda há uma classe média digna de nota.

Existe um debate inconcluso na literatura internacional sobre a exacerbação da polarização social nas grandes cidades com o avanço da globalização. John Friedman, Castells e Saskia Sassen, entre outros, apontam tendências de acirramento da segmentação socioespacial nas cidades da globalização, o que estaria cristalizando um dualismo que opõe segmentos bem remunerados altamente qualificados de um lado, e uma ampla maioria de trabalhadores pouco qualificados ocupados em serviços de baixos salários, geralmente precarizados, de outro lado. Por esse raciocínio, as chamadas classes médias tenderiam a diluir e perder expressão em termos estatísticos.

De fato, a eliminação de milhões de postos de trabalho com a reestruturação produtiva em curso em várias regiões do mundo, a própria expansão da marginalização ao lado da degradação do emprego e das condições institucionais que davam estabilidade e direitos sociais (previdência, férias, etc.) a grandes contingentes da força de trabalho são evidências que atingem importantes áreas urbanas de países ricos e emergentes, a ponto de sugerir a generalização da tese do dualismo econômico social nas cidades da globalização.

Contudo, parece não haver dados suficientes para a confirmação dessas teses, conforme nos sugerem outros autores. De Mattos (2004), mesmo considerando que o debate está longe de se encerrar, tende a discordar dessa bipolaridade, mas observa que a urbanização em países ricos se estrutura sob condições distintas das existentes nos países não desenvolvidos. O autor menciona os estudos de Edward Soja sobre Los Angeles, a partir dos quais concluiu-se que a situação do mercado de trabalho urbano, certamente fragmentado e compartimentado, se afigurava muito mais complexa do que o dualismo preceitua. Daí a tese da *cidade fractal* como um dos resultados da reestruturação desses mercados, ao lado do aumento das desigualdades e das clivagens múltiplas envolvendo raça, gênero, etnias, em meio a uma extraordinária produção de riqueza. Apoiando

o não-dualismo De Mattos cita vários estudos.<sup>27</sup> Um deles, o de Taschner e Bogus (2001), conclui que São Paulo, mesmo com o aumento das desigualdades, ostenta vários espaços sociais mistos não dicotomizados, nos quais os segmentos médios aumentam, inclusive nas periferias, não obstante o crescimento da pobreza.

Entende-se que o aumento das desigualdades e os ciclos de crise econômica têm levado vários analistas a pensar que a polarização social, ao se expandir, produz a desagregação das classes médias. Embora esse seja um tema pouco estudado nas Ciências Sociais nos dias de hoje, principalmente no interior dos estudos urbanos e regionais, sua importância é antiga e central, notadamente por envolver fortemente a própria história da urbanização capitalista derivada das inovações técnicas deflagradas com reestruturação industrial da segunda metade do século XIX, que deu origem a uma série de novas ocupações que proliferaram a partir de então.

No Brasil, estudos sobre o tema vêm sendo conduzidos pelo economista Waldir Quadros, baseados em dados das PNADs, que, mesmo sendo muito agregados e sem uma cobertura espacial abrangente, permitem uma boa leitura da realidade social mais geral. Suas conclusões mais recentes divulgadas na *Folha de S. Paulo* (de 12-11-04), nos dizem que o empobrecimento da classe média teria feito desaparecer mais de 2,5 milhões de indivíduos dos seus quadros, já que cerca de 57 milhões integravam-na em 2002, declinando para 54,4 milhões em 2003 (o que equivale a 31% da população total). No período 1991-2002, ao desagregar a classe média em três estratos, o pesquisador constata que o encolhimento foi maior, principalmente em seus estratos mais baixos, notadamente entre os com renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.500,00.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Como os de Cariola e Labana (2001) e de Rolnik e Frúgoli Jr (2001), que convergem com a tese da fractalidade: a grande cidade seria mais que exclusão e inclusão, atrasado e moderno, legal e ilegal. Ver De Mattos (2004).

<sup>28</sup> Contudo, e isso gostaríamos de salientar, parte do segmento da classe média intitulado “micro e pequenos proprietários”, experimentou uma melhora no período, já que 11,6% dos membros dessas famílias atingiam um padrão de vida de alta classe média em 1992 e em 2002 esse percentual evoluiu para 17,9%, enquanto no segmento de baixa classe média a participação relativa manteve-se inalterada.

Conclusões semelhantes, mas bem mais drásticas vêm sendo veiculadas pelo sociólogo Robert Kurz, quando considera que a longa fase de afirmação e expansão das classes médias dissolve-se diante da profundidade da crise que estaria afetando situações sociais antigas aparentemente estáveis. Discordando de teses clássicas do marxismo, o autor entende que pobreza hoje não mais se vincula à exploração na produção, mas à exclusão da produção. Isso faz surgirem desempregados permanentes e acaba por atingir as classes médias. Fazendo alusão à célebre polêmica entre Kautsky e Bernstein no início do século XX sobre o papel da classe média,<sup>29</sup> e citando o estudo da ensaísta americana Bárbara Ehrenreich, o sociólogo conclui que o fim do Estado de Bem-Estar social e as reestruturações produtivas fizeram desaparecer expressivos setores econômicos que empregavam especialistas e profissionais qualificados da classe média, desvalorizando-os no interior dos processos de privatização e de terceirização econômica, transformando-os em diaristas intelectuais, empresários da miséria e trabalhadores mal pagos dos serviços. Kurz entende que essa classe média declina, mas não para se proletarizar como pensava Kautsky (já que o proletariado industrial vai desaparecendo aos poucos), mas para se distanciar da produção no anonimato das megaestruturas da indústria e infra-estruturas de hoje, em um pequeno-aburguesamento geral da sociedade, rumo a uma nova barbárie.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ante os avanços do capitalismo no último quartel do século XIX, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores assalariados, a cientificação da produção industrial e a necessidade de uma série de profissões vinculadas à expansão das infra-estruturas (engenheiros, advogados, administradores, médicos, pesquisadores, educadores, gestores e assalariados em geral da burocracia estatal), Bernstein, discrepando de Kautsky, acreditava na estabilização do capitalismo e apontava como fato novo as classes médias em expansão, o que punha em cheque as teses da esquerda, que postulavam a radicalização da polarização capitalistas x proletariado. Esse clássico debate, a partir do qual as esquerdas se dividiram com o surgimento da Social Democracia, parecia ultrapassado com o avanço do capitalismo no século XX: as classes médias não detentoras de meios de produção teriam dado a estabilidade que o capitalismo requeria e Bernstein tinha razão.

<sup>30</sup> Outra discussão recorrente que, em certa medida, se articula com essa é a que opõe as tendências de homogeneização x heterogeneidade. A primeira sustentando que, econômica e culturalmente, os países caminham para um mesmo tipo de sociedade, enquanto a segunda enxerga uma estratificação social mais fluida, com mais ampla variedade de escolhas (ver, por exemplo, Oliven, 1980).

As observações de Kurz são provocativas e instigantes, mas englobam múltiplos aspectos de difícil comprovação empírica, sobretudo no tocante aos fatores que unem proprietários de classe média e dinâmica do mercado da terra urbana. Que papel os ativos urbanos desempenham na manutenção das posições de classe ante os processos inerciais existentes na transmissão de heranças e propriedades intervivos? Em outras palavras, detentores de ativos e bens podem perdê-los em transações no mercado, mas também multiplicá-los ou conservá-los em posse de familiares por gerações e mesmo a dissipação de patrimônios familiares não ocorre no curto prazo sem longas mediações judiciais. Freqüentemente, tais recursos permanecem por sucessivas gerações em mãos de familiares de classe média (ainda que empobrecidos), garantindo-lhes o *status* de classe. Esse mecanismo, que atua muito mais que a princípio parece, é conhecido na literatura desde os anos de 1970 com o prosaico nome de “*colchão amortecedor familiar*”.

José A. F. Santos, apoiado nas contribuições neomarxistas de Erik Olin Wright analisa a estrutura de posições de classe no Brasil contrastando-a com a extrema heterogeneidade do emprego não manual do capitalismo industrial. O autor examina a reestruturação do início dos anos de 1990, momento em que houve destruição/reorganização dos empregos de classe média. As evidências de precarização, flexibilização e informalização dos empregos teriam atingido, sobretudo, os segmentos de maior nível de qualificação da classe média, e o engajamento na terceirização ou em pequenos negócios mostrou-se uma atitude defensiva contra a possibilidade de mobilidade descendente. Após exaustivo exercício com base em dados da PNAD, Santos (2002, pp. 285-289) conclui que a posição de classe isoladamente explica quase 39% da variação na renda das pessoas pesquisadas. Educação e, sobretudo, posições de classe adquiridas (do pai, por exemplo) revelaram-se como importantes fatores mediadores intergeracionais na preservação da renda familiar. Uma posição de classe privilegiada garante aos descendentes as médias mais elevadas de anos de estudo, pré-requisito chave para a manutenção/expansão dos níveis de renda.

Enfim, mesmo com a piora do poder aquisitivo das classes médias em geral e/ou de seus segmentos mais qualificados (ou de

dos segmentos de menor renda, como observa Quadros), é prematuro apostar na sua extinção como tendência. Soa prudente pensá-las mais compartimentadas e estratificadas, profissionalmente mais polivalentes, difusas socialmente e pouco visíveis espacialmente. Mais móveis economicamente, mas também mais incluídas nas novas ofertas de empregos que a globalização/reestruturação introduzem para jovens altamente especializados. Ademais, é da cultura da classe média a aquisição e manutenção de ativos urbanos, da mesma forma que ex-assalariados migram para o empreendedorismo (nem sempre mal sucedidos) ou para a prestação de serviços especializados (nem sempre mal remunerada). Daí ao empobrecimento absoluto o caminho é longo e pode envolver gerações.<sup>31</sup>

### Conclusões e considerações finais

Nos dias de hoje, certamente, amplia-se a necessidade de investimentos teóricos apoiados em evidências empíricas e em incursões transdisciplinares sobre questões urgentes e graves como pobreza e periferização nas grandes cidades. Investimentos que exercitem o esforço da precisão, mas com suficiente grau de generalização a ponto de aglutinar as múltiplas correlações suscitadas pelas temáticas espaço e população, segmentação social e desenvolvimento econômico, urbanização e migração.

Este trabalho filia-se a uma certa tradição existente na literatura que propõe a inexistência de automatismo relacional entre, de um lado, grande cidade e aumento da exclusão e pobreza e, de outro lado, expansão da migração e aumento da pobreza em periferias urbanas. Na verdade, há uma multiplicidade de situações que a pesquisa deve contemplar, inclusive aquelas que indicam ser a migração

---

<sup>31</sup> Na verdade, a mobilidade descendente de parte da população que efetivamente está no topo da pirâmide social – capitalistas e grandes gerentes da elite dirigente – não é incomum. Isto porque, além de constituírem uma fração pequena, invejada e bem visível, sofrem freqüentemente os efeitos da concorrência intercapitais e/ou das reestruturações econômicas e dos riscos associados a essa posição. Muitos são vitimados nesse processo, passando a fazer parte do “incrível” mundo fluido das classes médias.

um fator de dinamização do emprego e renda em áreas das periferias metropolitanas, não obstante o inegável empobrecimento geral de amplos segmentos da população.

Ademais, se *grande cidade* for um assentamento urbano dotado de várias centralidades e várias periferias, como uma espécie de organismo formado por um hipercentro e subcentros articulados por “tentáculos” que abraçam vilas e antigos povoados em uma mancha urbana única, é muito provável que essa *unidade* mais agregue novos habitantes vindos de fora do que o contrário. Grande cidade, mesmo que seja o testemunho da fragmentação e “caos”, segregação e exclusão, dinamismo e estagnação, pobreza e riqueza; mais acolhe que expulsa. A piora das condições de vida fora das grandes cidades, o desemprego e a eliminação de velhas ocupações produtivas no meio rural acabam por exacerbar a visualização da pobreza nas fronteiras das periferias urbanas.

A periferização expressa diferentes contextos socioespaciais, mas, sobretudo situações econômicas e demográficas de países pobres ou emergentes nos quais a pobreza se expande. Se a dinâmica do mercado da terra urbana em cidades capitalistas é eminentemente excludente, em países de forte tradição patrimonialista oligarca, este fator assume mais gravidade, explicando, em larga medida, a segregação, a diferenciação espacial, a fisionomia centro-periferia e o desmesurado crescimento da cidade ilegal como recurso de sobrevivência da população de baixa renda.

De outra parte, ainda que diferentes níveis de desenvolvimento econômico possam imprimir distintos significados à dinâmica urbana, a periferização se impõe como tendência quando a expansão demográfica é “explosiva” por força do crescimento vegetativo e da imigração.

Em países onde a transição demográfica já se completou ou está muito avançada, convém examinar as características, a forma, intensidade e distribuição setorial por onde avança a reestruturação produtiva; se há recursos públicos significativos aplicados em políticas sociais de inclusão econômica; se a própria economia é dinâmica, produz ciclos de crescimento ou não, e onde isto ocorre e como interfere no grau e na extensão do fenômeno da periferização; sem ignorar os significados que um determinado modelo de desenvolvi-

mento econômico encerra. Assim, a espacialidade dos processos econômicos e demográficos é uma espécie de pré-condição básica para a análise da problemática da grande cidade, sobretudo se ela perde a função de principal espaço de geração de riqueza e criação de empregos na produção industrial.

Sem a grande cidade capitalista, com seus conflitos, dissensos e consensos, suas normas inovadoras ou obsoletas, seus agentes econômicos e instituições públicas de proteção e amparo social, os novos surtos de pobreza e exclusão poderiam ser mais dramáticos.

Já houve um tempo em que boa parte dos excluídos do campo se integrava às economias urbanas e a mobilidade geográfica resultava em mobilidade social ascendente. Nos tempos duros da globalização, tais possibilidades tornaram-se mais remotas e o futuro dos novos migrantes pobres e de seus filhos tornou-se sombrio. Ao que tudo indica, nas periferias distantes das duas últimas décadas, a pobreza se reproduz sob novas formas. Um amplo conjunto de pessoas, migrante ou não-migrante, estaria constituindo uma geração de pobres cujos filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande.

Contudo, ainda assim, não é a grande cidade a principal responsável por esse quadro. O histórico adiamento da reforma agrária, as recessões econômicas, a deterioração e crise do Estado, as reestruturações produtivas, a inépcia das elites e governantes respondem em larga medida por tais resultados. Dessa forma, torna-se urgente enfrentar as situações de agravamento da pobreza por meio da própria recuperação da capacidade de ação do Estado, preferentemente se houver a retomada do desenvolvimento econômico e social. Julgar que isso é missão impossível é ignorar que, há 20 ou 30 anos atrás, países como Índia, China, Coreia do Sul, entre outros – em condições piores ou semelhantes à do Brasil –, construíram alternativas econômicas que produziram significativas melhorias nas condições de vida de milhões de pessoas, inclusive fazendo surgir uma classe média emergente de grande tamanho. Se tais países incorporam experiências de desenvolvimento capitalista limitadas e insustentáveis no longo prazo, nem isso o Brasil foi capaz de construir, apesar de ter tentado.



## Referências

- BHERING, I. G. A. (2003). “Condomínios fechados: os espaços da segregação e as novas configurações do urbano”. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. *Anais: Encruzilhadas do Planejamento: repensando teorias e práticas*. Belo Horizonte, Anpur.
- CARDOSO JUNIOR, J. C. e FERNANDES, S. (2000). A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, n. 14, ano 5, pp. 41-50, outubro. Rio de Janeiro.
- CARIOLA, C. e LACABANA, M. A. (2001). La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización. *Revista EURE*. Santiago de Chile, n. 80.
- DE MATTOS, C. A. (2004). “Redes, nodos e cidades: transformações da metrópole latino-americana”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Metrópoles; entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. FASE, Perseu Abramo, Observatório das Metrôpoles. São Paulo e Rio de Janeiro.
- FARIA, V. (1983). “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- FIX, M. A. B. (2003). *São Paulo Cidade Mundial? Fundamentos financeiros de uma miragem*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP.
- FRÚGOLI JR., H. (2000). *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Edusp.
- LEFEBVRE, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, UFMG/Humanitas.
- MARICATO, E. (2002). *Brasil, cidades; alternativas para a crise urbana*. Vozes. Petrópoles.
- MARTINE, G. (1980). “Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?” Brasília, PNUD, 1976. In: MOURA, A. M. (ed.). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.

- MATOS, R. E. S. (2003). "A produção de periferias distantes e a dispersão dos emigrantes de Belo Horizonte" In: *Anuário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, PBH.
- MATOS, R.; LOBO, C. e STEFANI, J. (2003). "Pobreza urbana e a dimensão socioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte". Encontro Nacional sobre Migrações Internas, 3º Encontro Transdisciplinar Espaço e População. *Anais...* Campinas. Campinas, ABEP.
- MATOS, R.; LIMA, C. e BRAGA, F. (2003). "Dispersão Demográfica nas Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte". Encontro Nacional sobre Migrações Internas, 3º Encontro Transdisciplinar Espaço e População. *Anais...* Campinas. Campinas, ABEP.
- MAUTNER, Y. (2004). "A periferia como fronteira de expansão do capital". In: DEÁK, C. e SCHIFFER (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, Edusp.
- MERRICK, T. (1981). *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MOTA, D. M. (2004). "As metrópoles e os desafios da política urbana". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Metrópoles; entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, FASE, Perseu Abramo, Observatório das Metrópoles.
- NASCIMENTO, F. B. (2004). *Entre estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Dissertação de mestrado. São Carlos, Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo.
- OLIVEN, R. G. (1980). *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- RAMOS, L. R. A. (2002). "A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001". Texto para Discussão do IPEA, n. 914. Rio de Janeiro, IPEA.
- ROCHA, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- ROLNIK, R. e FRÚGOLI JR., H. (2001). Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos metrópole*. São Paulo, Educ, n. 6.

- REIS, J. de O. (2001). Urbanismo e sua influência no município. *Espaço & Debates*, n. 41, pp. 98-101. São Paulo.
- SANTOS, J. A. F. (2002). *Estrutura de posições de classe no Brasil; mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, IUPERJ/Editora UFMG.
- TASCHNER, S. e BOGUS, L. M. (2001). São Paulo, uma metrópole desigual. *Revista EURE*, Santiago de Chile.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, Lincoln Institute/Fapesp.

Recebido em mar/2005  
Aprovado em maio/2005

